

1

TEORIA DA CONTABILIDADE: EM BUSCA DOS FUNDAMENTOS DO FENÔMENO CONTÁBIL

Guillermo O. Braunbeck

L. Nelson Carvalho

Eduardo Flores

"Toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria. Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria...". Fernando Pessoa, 1926¹

1.1. INTRODUÇÃO

O propósito deste introito é o de delimitar e explorar o que nesta obra se denomina de teoria da contabilidade. O que é teoria da contabilidade? Qual sua importância? Qual o objetivo da Contabilidade? Quais os desafios para se atingir esse objetivo dentro do processo contábil? Temos os fundamentos teóricos de que precisamos para o desenvolvimento profícuo desta área do conhecimento humano?

Sem a pretensão de oferecer respostas definitivas ou terminais a essas inquietações, pretende-se aqui organizar alguns conceitos e ideias que eventualmente contribuirão à reflexão que esta obra pretende provocar.

No senso comum, muitos podem porventura se referir à teoria como algo abstrato, idealista ou mesmo descabido de utilidade prática justamente por ser 'teórico'. Entretanto, quando nos referimos à construção do conhecimento científico, a teoria surge

¹ Pessoa, F. (1926). Comércio e Contabilidade. Revista de Comércio e Contabilidade: Lisboa,.

como um elemento chave para a compreensão dos fenômenos sobre os quais se debruça aqueles que buscam conhecer algo. A teoria nos ajuda a explicar as regularidades dos fenômenos sobre os quais nos debruçamos (MARTINS e THEÓPHILO, 2007, p.28) e passa, portanto, a ser peça fundamental na construção e evolução do conhecimento.

De mãos dadas com a capacidade explicativa de um ou mais fenômenos está a busca pela capacidade de prever a ocorrência dos fenômenos. Compreender um fenômeno inclui nossa capacidade de compreender o que o causa, precede ou determina. Ao compreendermos as causas de um fenômeno, passa a ser ao menos possível potencialmente, a atuação do engenho humano sobre ele. É essa capacidade de explicar e prever fenômenos humanos e da natureza que permite que à ciência o desenvolvimento de curas de doenças, a construção de naves espaciais, o desenvolvimento de modelos que permitiram a estabilização de preços em regimes hiperinflacionários, entre muitos outros exemplos.

Portanto, conhecer um fenômeno é ser capaz de explicá-lo na sua gênese. A investigação no campo da biologia permite já há algum tempo entender o porquê de determinadas características físicas dos seres humanos, como a cor de seus olhos ou seu tipo sanguíneo. A inquietação acerca do funcionamento da combinação de genes resultante da reprodução sexuada permitiu que hoje se saiba que a coloração dos olhos de um bebê decorre do pareamento de genes, que podem ser dominantes ou recessivos, o que explica, finalmente, porque o filho de pai e mãe de olhos claros terá olhos claros, por exemplo. Ao entendermos o funcionamento da natureza e das coisas ganhamos a capacidade de prever. Se X ocorrer, Y possivelmente ocorrerá. Esse tipo de assertiva, ainda que provisória e sujeita a contestações, só é possível a partir da arquitetura que engendra o conhecimento do fenômeno que estiver sob a lupa daquele que o busca conhecer.

O fenômeno que nos interessa aqui é o 'fenômeno contábil'. Entendemos como fenômeno contábil o processo observado a partir da firma (como *locus* de contratos), que se deriva de relações econômicas (i.e. eventos e transações que ensejam decisões de consumo ou investimento) e que transforma dados em informação. Informação que valida, desafia e até mesmo modifica as relações existentes (e que lhe deram origem) e também subsidia novas relações e decisões a serem tomadas. Nosso foco é, portanto, buscar conhecimento sobre o que denominaremos de PROCESSO CONTÁBIL.

Importante notar que não se pretende nesta reflexão aqui proposta, e sequer seria necessário fazê-lo, ingressar na discussão se a Contabilidade é ou não uma ciência. Porquanto seja uma discussão rica e necessária no âmbito da epistemologia, ao nosso propósito basta delimitar a Contabilidade como campo de conhecimento que se devota ao processo contábil. Logo, com expressaram Ludícibus et. al. (2005, p.8), a pedra fundamental que sustenta o que denominam de 'edifício contábil' pode ser definida como “a contabilidade seguindo, relatando e respeitando a essência dos eventos econômicos que captura e mede”.

1.2. CONTABILIDADE: ARTE, CIÊNCIA OU TÉCNICA?

Qualquer que seja a conclusão (ou falta dela) à “provocação” de Martins (1988, p.16), é possível afirmar que a Contabilidade é tão antiga quanto o homem. Seus primeiros sinais objetivos remontam a 2.000 anos a.C., por intermédio dos inventários de números de instrumentos de caça e pesca e dos rebanhos, e já sinalizam uma forma rudimentar de Contabilidade (IUDÍCIBUS, 2004, p. 34).

Tendo o evento econômico como sua matéria prima básica, não nos causa estranheza quando Martins (1988, p.18) comenta que a contabilidade nasce “gerencial”, ou seja, voltada para satisfazer a necessidade do gestor, no provimento de informação útil para subsidiar as decisões que deve tomar no curso dos seus negócios.

Também nesse sentido colocam Ludicibus et al. (2005, p.8) que a contabilidade nasceu das necessidades dos gestores à procura de um modelo que inicialmente foi descritivo, e posteriormente, com sua evolução, passou a ter caráter mais marcadamente preditivo. A contabilidade nasce, portanto, antes das leis, dos estados nacionais ou mesmo da tributação ou regulação econômica. E se perpetua e se sofisticava como fruto da multiplicação de seus usuários e da própria evolução econômica da humanidade, como área de conhecimento de característica essencialmente utilitária, com o objetivo de informar os tomadores de decisão sobre o o objeto da contabilidade, a saber: o patrimônio e suas variações quantitativas e qualitativas. (IUDICIBUS et al., 2005, p.12).

Em síntese, Ludícibus et al. (2005, p.11) colocam que

À medida que foram aparecendo, como consequência da evolução dos tempos e das organizações, os outros players, a Contabilidade foi se transformando, aos poucos, de um engenhoso sistema de

escrituração e demonstrações contábeis simplificadas, num complexo sistema de informação e avaliação, com características científicas, institucionais e sociais de grande relevo e tendo, como objetivo central, suprir a necessidade informacional de seus usuários internos e externos à entidade a que se refere.

Partindo-se, portanto, da ideia acima, de que o objetivo central da contabilidade é o de suprir uma necessidade informacional de um conjunto já bastante vasto de usuários. Essa necessidade pode ser melhor compreendida a partir de um conceito 'importado' do ramo da economia que se dedica à compreensão do papel da informação nas decisões de investimento.

1.3. ASSIMETRIA INFORMACIONAL

Tipicamente, os manuais de microeconomia constroem suas análises sobre os mercados partindo do pressuposto de que compradores e vendedores são detentores de informação “perfeita” acerca da qualidade dos bens transacionados nesses mercados. Segundo Varian (2006, p.745), esse pressuposto é defensável se o custo para verificar a qualidade de um bem não for relevante, cenário em que se teria a precificação adequada dos bens conforme sua qualidade em condições de equilíbrio.

Entretanto, Akerlof (1970) buscou explorar os mecanismos de mercado em condições nas quais se relaxe o pressuposto acima referido, ao partir da visão de que, ao menos em alguns mercados, os compradores não detêm informação perfeita acerca da qualidade dos bens ofertados.

O desenvolvimento teórico de Akerlof (1970, p.489) utiliza a ilustração do mercado de veículos usados, mediante o qual exemplifica sua teoria de que, em condições de assimetria informacional acerca da qualidade dos veículos (se são “bons” carros ou se são “limões”, i.e., carros de baixa qualidade), os carros de qualidade inferior deslocam do mercado os carros de melhor qualidade a um dado preço médio praticado. O preço médio é justamente a expressão do contexto de assimetria, posto não ser possível distinguir os bons carros dos “limões”. Na dedução do seu modelo teórico geral, no qual compara o equilíbrio em condição de assimetria de informação com o equilíbrio em condição de informação simétrica, Akerlof conclui que há um ganho de utilidade no equilíbrio em condição de simetria. Daí se deduz que, em condições de assimetria

informacional, se manifesta uma falha de mercado, resultante de externalidade entre os vendedores de carros bons e carros ruins. (VARIAN, 2006, p.747). Ou dito de outra forma, tem-se nas situações caracterizadas por informação assimétrica entre vendedores e compradores, um efeito de seleção adversa, em que a composição dos que optam por vender seu carro em termos de qualidade muda adversamente quando o preço cai. (STIGLITZ; WALSH, 2003, p.240).

Os paralelos com o mercado de capitais ou mesmo, mercado de dívida, são bastante intuitivos. Os ativos transacionados são os valores mobiliários, cujo preço deveria refletir a avaliação dos compradores e suas expectativas dos benefícios econômicos de caixa a valor presente (ASSAF NETO, 2009, p.645). Entretanto, os compradores potenciais não conhecem a empresa (i.e., a “máquina” que se espera ser capaz de gerar os fluxos prometidos), tão bem quanto seus gestores (ou controladores). Existe, portanto condição semelhante ao mercado de veículos usados, de assimetria informacional acerca da qualidade dos ativos, que podem ser de boa qualidade ou “limões”.

1.4. A INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO CENÁRIO DE ASSIMETRIA

A síntese que oferecem Lopes e Martins (2014, p.32) é profícua para integrar o problema de assimetria informacional entre vendedores e compradores na análise do papel da informação contábil, dentro do que referidos autores denominam de teoria contratual da firma.

Como já referido anteriormente, o prisma de caracterização da firma é de nexo contratual entre distintos e diversos indivíduos maximizadores de suas próprias utilidades, unidos por elos contratuais (explícitos ou não) que determinam as condições em que será “repartido” o valor que se gera pela atividade dessa firma.

Nesse emaranhado de contratos, é possível inserir, então, a ideia de que existirá algum grau de assimetria informacional. Parece razoável supor, por exemplo, que *insiders* (gestores ou mesmo os acionistas controladores) possuem mais informação da firma que *outsiders* (credores, acionistas não controladores etc).

Qual é, afinal, o papel da contabilidade nesse cenário então?

Sunder (1997, p.20) entende que a contabilidade cumpre o papel de mensurar a contribuição, o resultado e a “fatia” de cada participante no valor da empresa e dos seus respectivos contratos, além de distribuir informação para outros potenciais participantes. A contabilidade potencialmente teria condições de mitigar a assimetria informacional e ofereceria subsídios, por exemplo, para o alinhamento de interesses entre gestores e proprietários mediante a remuneração dos executivos com base no desempenho da firma, mensurado pela contabilidade.

Essa abordagem não difere substancialmente da oferecida por Healy e Palepu (2001), na qual analisam a pesquisa no tocante à divulgação de informação contábil. Esses autores partem do suposto de que problemas de informação e de incentivo impedem a alocação eficiente de recursos na economia do mercado de capitais. O problema informacional, inspirado nos “limões” de Akerlof, é fruto de assimetria entre empreendedores e investidores, o qual pode resultar na situação em que o mercado de capitais subavalia bons projetos ou atribua valor excessivo a projetos de pior qualidade, numa situação de clara seleção adversa *à la* Akerlof. O problema de agência é descrito a partir da teoria da agência de Jensen e Meckling (1976), destacando que os investidores que destinam sua poupança a empreendimentos poderão se ver expropriados pelos empreendedores que receberam o mandato de administrar o projeto no qual os investidores aplicaram seus recursos excedentes e por meio dos quais esperam ver sua riqueza se multiplicar.

Dentro desse contexto dos problemas que desafiam a alocação eficiente dos excedentes poupados em projetos demandantes de recurso, Healy e Palepu (2001, p.408) mencionam diversas “soluções” para mitigar os problemas de assimetria e conflito. Destaque-se a existência de um fluxo de informações entre tomadores e provedores de recursos como forma de 'estreitar' a lacuna informacional (assimetria) entre essas partes e o papel dos intermediários informacionais (e.g. analistas de mercado, agências de classificação, mídia especializada, auditores independentes), que atuam no sentido de reduzir a assimetria informacional.

Como demonstrado na Figura 1 a seguir, o fluxo de informações derivadas do processo contábil que discutiremos a seguir é originado nas entidades e tem como destino aqueles que detêm (ou estão avaliando a possibilidade de deter) interesses na entidade que reporta.

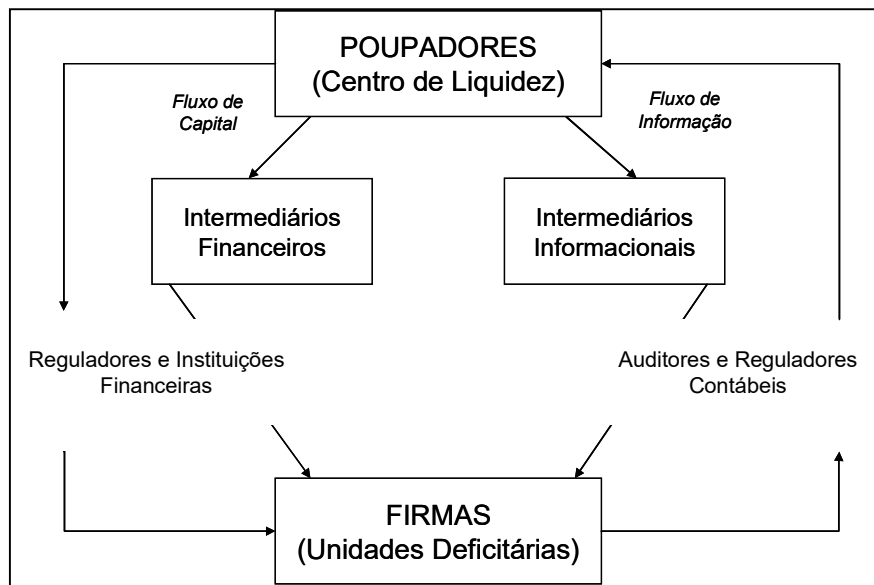


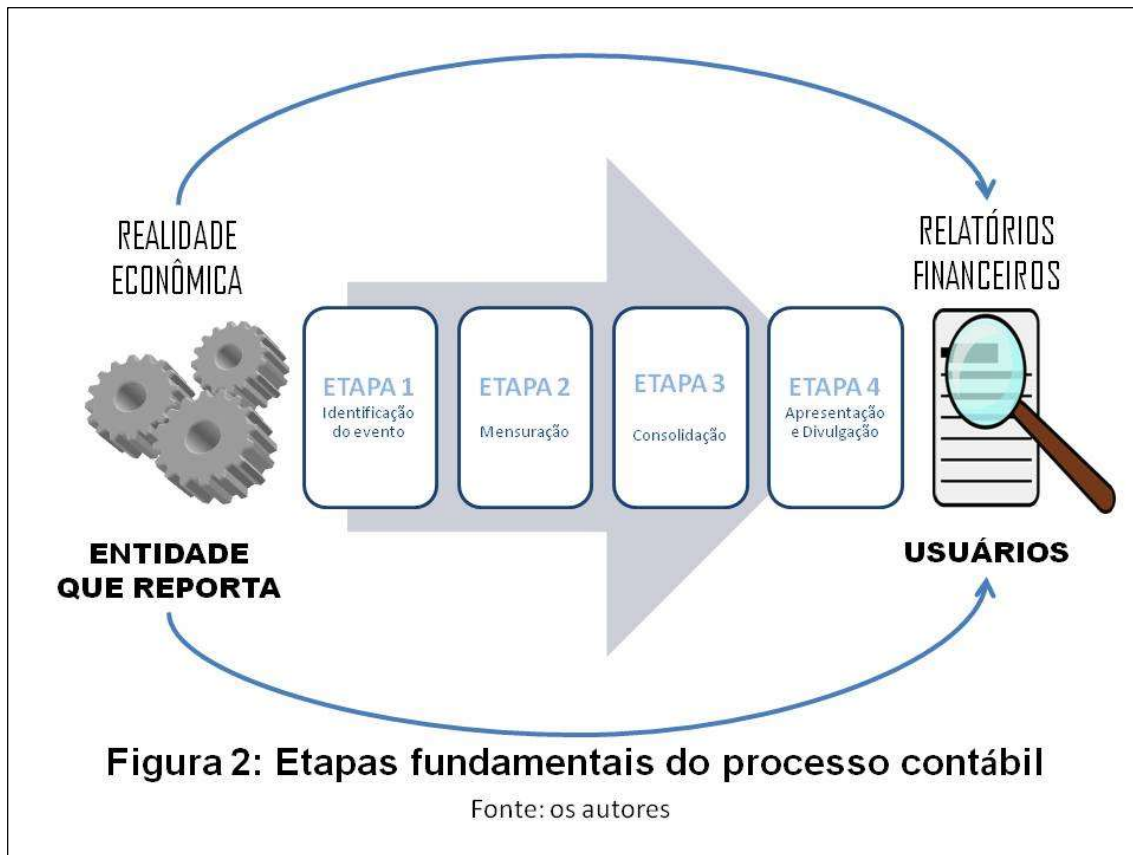
Figura 1 – Fluxos de capital e informação no mercado de capitais
 Fonte: Adaptado de Healy e Palepu (2001, p.408) e Andrezo e Lima (2007, p.6)

Portanto, na busca pela fluidez e eficiência da alocação dos recursos excedentes no mercado de capitais, esse fluxo de informações (que inclui os relatórios financeiro-contábeis) e a interposição de intermediários informacionais atuam no sentido de reduzir a assimetria informacional.

1.5. O PROCESSO CONTÁBIL²

Uma vez compreendido o objeto e o objetivo da Contabilidade, nosso foco está direcionado neste tópico para o que chamamos de processo contábil. Dentro dessa visão processual, enxergaremos a contabilidade desde o seu nascedouro até o seu produto final, o que compreende 4 etapas fundamentais que estão expressas na Figura 2 abaixo.

² O fenômeno denominado de processo contábil compartilha fundamentalmente da visão estabelecida por Lopes e Martins (2014, p.52), onde esse processo é visto como sendo o resultado da interação de diversas forças econômicas, sociais, institucionais e políticas, forças essas que determinam os contornos desse processo, à luz das influências exercidas pelos agentes interessados em sua evolução. O processo contábil, dentro da visão desses autores e que aqui utilizamos, é resultado do ambiente que o rodeia, o que distancia a contabilidade de uma ciência exata com valores precisos e verdades absolutas.



Como já discutido, o processo contábil tem como objetivo de reduzir assimetrias informacionais por meio da produção de informação útil acerca da entidade que reporta no tocante à sua realidade econômica (transações e eventos) para partes interessadas, que podem ser simplesmente denominadas neste instante de usuários, ou seja, aqueles que usam os relatórios financeiros, os 'produtos' do processo contábil. Os clientes desses produtos são os usuários das informações contábeis e seu fornecedor, a entidade que reporta. A matéria-prima é a realidade econômica enquanto que o processo produtivo se faz através de ferramentas de captura (sistemas de processamento eletrônico, apontamentos, contratos), mensuração e comunicação e utilizando-se de procedimentos metódicos que, com base na 'receita industrial' dos princípios e normas contábeis geralmente aceitas (os GAAP), permitem a produção dos relatórios financeiros tal como se observa no mercado.

1.5.1. IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO ECONÔMICO

Para se compreender o fenômeno contábil, é fundamental que inicialmente caracterizemos o evento econômico "contabilizável", a matéria-prima bruta do processo contábil e a gênese da informação que a Contabilidade tem como propósito transmitir.

Entende-se como evento econômico a transação ou circunstância que tem o poder de alterar o patrimônio líquido da entidade que reporta em 3 possíveis formas, a saber:

- a. o evento econômico pode alterar a dimensão do patrimônio líquido;
- b. o evento econômico pode alterar a natureza do patrimônio líquido; ou
- c. o evento econômico pode alterar simultaneamente a dimensão e a natureza da patrimônio líquido.

Muitos exemplos poderiam aqui ser dados sobre eventos que alteram o tamanho do patrimônio líquido da entidade, sua natureza ou ambos. Tomemos o mais trivial dos eventos, o nascimento de uma sociedade na qual seus sócios constituem uma entidade empresarial aportando dinheiro e recebendo em troca quotas de participação no capital dessa entidade. O evento econômico de constituição e aporte de recursos à entidade fez com que surgisse um patrimônio onde não havia na forma do caixa que foi aportado. Esses recursos fazem parte agora dos recursos disponíveis para essa entidade desempenhar as atividades para as quais foi constituída. O processo contábil deverá capturar esse evento dos dados que dele se depreendem gerar informação útil.

Se alguns dias após sua constituição, a entidade utiliza parte do seu caixa para adquirir um terreno, seu patrimônio não teve alteração de tamanho. Mas certamente ocorreu uma alteração relevante na sua natureza. Agora parte dos recursos que antes estavam líquidos e disponíveis foram alocados em outro recurso, um terreno. Mais uma vez, cabe ao processo contábil capturar esse evento que provocou uma mutação qualitativa na riqueza dos sócios dessa entidade e transformá-lo em informação útil aos usuários da contabilidade.

Ainda, se passados alguns meses, esse terreno sofrer uma valorização no mercado, não seria estranho observar que os quotistas dessa sociedade estão sorridentes pois se sentem mais ricos (o terreno que compraram por X agora vale X mais uma variação - assumamos inflação nula para simplificar o exemplo). Essa situação revela que mesmo sem uma transação mercantil típica (de compra e venda) pode haver um evento econômico, uma circunstância econômica que provoca uma alteração na riqueza de uma entidade.

Outro exemplo bastante representativo da captura de um evento econômico é a situação em que uma entidade detém um recurso econômico com potencial de geração

de benefícios de longo prazo, uma máquina. Ao utilizá-la na produção de bens destinados à venda, ocorre seu desgaste e conseqüentemente, uma redução do seu potencial de serviço. No início de um dia de trabalho, a máquina continha um determinado potencial de serviço. Passada um dia de uso da máquina na produção, esse recurso já não é mais o mesmo. Seu potencial de serviço sofreu um decréscimo por consequência do seu uso. Cabe à contabilidade capturar essa variação no potencial de serviço desse recurso de longo prazo, o que chamamos no jargão contábil de depreciação.

Fica claro, portanto, que nesta etapa do processo contábil, é necessário à entidade que reporta que posicione 'sensores' capazes de identificar e capturar eventos econômicos, ou seja, transações, fatos ou circunstâncias que modificam quantitativa e/ou qualitativamente seu patrimônio.

Neste particular, é importante notar que para que possa identificar e capturar de maneira íntegra e fidedigna os eventos econômicos, o processo contábil, particularmente as pessoas que lhe dão consecução, precisam ter não somente conhecimento dos códigos e convenções contábeis que traduzirão dados da realidade econômica em informações contidas nos relatórios financeiros. É rigorosamente fundamental que se tenha conhecimento do *economics* subjacente aos eventos que o processo contábil que se pretende capturar, caso contrário, corre-se o risco de sequer capturar todos os eventos relevantes (não se identifica o que não se conhece) e mesmo que se possa identificá-los, a compreensão inadequada de sua natureza trará distorções que limitarão, quando não anularão, a capacidade de que os relatórios financeiros representem fidedignamente os eventos que identificaram, mensuraram e apresentaram.

É nesse sentido que afirmamos que *accounting follows economics*, ou seja, a contabilidade segue os eventos econômicos que captura e mede como a matéria-prima essencial do seu processo.

1.5.2. MENSURAÇÃO

A etapa do processo contábil que se segue à identificação do evento econômico é a atribuição de valor a esses eventos que alteram o patrimônio líquido da entidade que reporta através de um denominador comum que permita a agregação de múltiplos

eventos e efeitos econômicos e a acumulação no tempo desses efeitos nos relatórios financeiros.

Nem sempre o denominador monetário foi a unidade de mensuração dos eventos econômicos no processo contábil. Sua utilização se consolidou na medida em que as sociedades passaram a aceitar o papel-moeda (e a moeda escritural) como expressão fiduciária de valor. Essa forma de moeda, que hoje denominamos simplesmente de dinheiro, é resultado da contínua busca das sociedades, no curso do desenvolvimento econômico, de um instrumento que pudesse satisfazer às funções típicas de uma moeda (Lewis e Mizen, 2000, p.5), a saber:

- a. a de ser um instrumento de troca;
- b. a de ser um instrumento de denominação de valor dos bens e serviços de uma economia ('unit of account') e
- c. a de ser um instrumento para a reserva de riqueza.

Nesse sentido, é possível afirmar que as moedas nacionais são as formas de moeda que possivelmente melhor preenchem esses requisitos e, conseqüentemente, são a unidade de mensuração geral e amplamente aceita no processo contábil.

Não obstante, o processo de mensuração requer outras decisões além da eleição da unidade de mensuração. Um evento econômico pode ser mensurado a partir de distintas perspectivas, o que se poderia denominar de bases de mensuração.

Em termos gerais, o evento econômico geralmente é observado, ainda que inicialmente, pela perspectiva do impacto histórico no patrimônio líquido, ou seja, aquilo que pode ser mensurado como resultado de transações e decisões empresariais já ocorridas. É o que denominamos no jargão contábil de custo histórico como base de valor.

Um bom exemplo do uso e perspectiva dessa base de mensuração pode ser extraído de empreendimentos como as grandes navegações dos séculos XV e XVI. Eram empreendimentos que requeriam vultosos recursos para sua execução. A jornada até o Oriente era motivada pela oportunidade de se obter mercadorias que seriam vendidas no continente Europeu por preços elevados. Não obstante as promissoras expectativas, a jornada implicava em primeiro alocar riqueza em recursos que seriam necessários para ir até o Oriente, adquirir lá as mercadorias tão desejadas na Europa e regressar com

essas mercadorias. Além evidentemente da embarcação, capaz de fazer várias viagens, era necessário contratar e pagar marinheiros para empreender a viagem de ida e volta, adquirir suprimentos de toda espécie que eram necessários para tão longa jornada, entre tantos outros recursos adquiridos.

Ao regressar, as mercadorias trazidas do Oriente eram vendidas e, obviamente, valores eram recebidos como contraprestação da venda dessas mercadorias. Restava responder à pergunta crítica: valeu a pena? Retornamos do Oriente mais ricos do que saímos no início da viagem?

O custo histórico como base de valor permite responder essa questão ao final da jornada. Basta ter o registro do que foi gasto com a aquisição dos recursos necessários (a mão-de-obra, os alimentos para a tribulação, demais mantimentos, as próprias mercadorias adquiridas para revenda etc.), ou seja, o custo histórico dos recursos alocados na empreitada, e confrontá-los com os recursos recebidos pela entrega dos produtos trazidos do Oriente. Se os recursos obtidos com a venda das mercadorias forem superiores ao que custou (no sentido de esforço, alocação de recursos) trazê-las até seu mercado consumidor, houve uma variação positiva da riqueza entre T_0 (o início do empreendimento) e T_1 (o término da jornada com a venda das mercadorias no seu destino final). Diversas mutações qualitativas dos patrimônios ocorreram para que se pudesse, ao fim e ao cabo, produzir uma mutação quantitativa expressa pela diferença entre os custos incorridos e os recursos obtidos pela venda das mercadorias. Se os recursos obtidos ao final da jornada superassem os recursos aplicados no seu início, o empreendimento seria superavitário. E se esse superávit fosse suficientemente grande de sorte a compensar os riscos corridos nessa jornada, poder-se-ia afirmar sem demasiada hesitação que se tratou de um empreendimento de sucesso. O custo histórico ofereceria, portanto, uma base razoável para se aferir o sucesso (ou falta de) de um investimento.

Não obstante, também há algum tempo, já se observaram algumas limitações relevantes do custo histórico como base de valor, particularmente na presença do que a economia monetária denomina de inflação. A alteração no nível geral de preços faz com que uma determinada quantidade de moeda, ainda que nominalmente constante, tenha um poder aquisitivo menor. Fica evidente nesse contexto que, apesar da propriedade aritmética que nos permite somar diferentes quantias de uma determinada moeda, a apuração do sucesso (ou falta de) de uma empreitada capitalista embasada

exclusivamente em custos históricos nominais poderia trazer a ilusão do lucro (i.e. o aumento nominal de riqueza) quando eventualmente não houve um aumento REAL no poder de compra. Não bastava simplesmente deduzir dos valores obtidos com as vendas os custos históricos despendidos pois a obtenção de saldo positivo dessa dedução não garante que o agente econômico está melhor economicamente falando após a venda dos produtos do que estava antes de iniciar o ciclo. A contabilidade, enquanto área do conhecimento de natureza fundamentalmente utilitária, teria que buscar soluções para permitir a mensuração da variação patrimonial entre dois pontos no tempo em termos REAIS, o que foi possível através de mecanismos de ajustamentos contábeis que permitissem a elaboração de demonstrações financeiras em poder aquisitivo constante. A literatura da contabilidade em condições de inflação nos remete à Alemanha dos anos 20 (Tinoco, 1992, p. 3) e à obra de Sweeney (1935), um dos autores pioneiros na busca de respostas para os problemas de mensuração contábil na presença de inflação. Mas não se pode deixar de mencionar o desenvolvimento que as questões de avaliação contábil na presença de inflação tiveram no Brasil, a partir dos trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), particularmente a Tese de Doutorado do Prof. Sergio de Ludícibus ("Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis"), defendida em 1966, e a Tese de Livre Docência do Prof. Eliseu Martins ("Aspectos do Lucro e da Alavancagem Financeira no Brasil"), defendida em 1979.

A crítica à mensuração de elementos contábeis com base no custo histórico não parou por aí. O custo histórico, mesmo que corrigido das distorções causadas pela inflação, tem capacidade informativa limitada quando se trata de medir o VALOR das coisas. O desenvolvimento e expansão dos mercados de capitais, particularmente o mercado acionário, trouxe consigo a necessidade de busca contínua pela informação útil que permita melhor estimar o VALOR das empresas. Particularmente nas últimas décadas do século XX, consolida-se a ideia de que os relatórios contábeis deveriam auxiliar a prever os fluxos de caixa futuros de uma entidade, o que naturalmente faz mais evidentes as limitações do custo histórico para refletir o futuro. Como já diz seu nome, é histórico e se baseia no que já ocorreu, no que é fato consumado e sobre o qual pouco se pode fazer a respeito (i.e. *sunk cost*). Ainda que o montante investido (custo) seja uma primeira representação do que potencialmente promete em termos de valor esse

investimento no futuro, essa representação é limitada. Afinal, é no futuro que está o VALOR, a *raison d'être* do empreendimento capitalista.

A resposta a essa limitação veio da visão conjunta entre diversas áreas do conhecimento, particularmente Finanças, Economia e Contabilidade, daquilo que alguns denominariam de *mark-to-market accounting*, por meio do qual se consolida a ideia de que diversos elementos da contabilidade terão maior poder de informação se mensurados ao seu valor de mercado.

Passou-se a observar, particularmente a partir da preponderância dos modelos contábeis emanados pelo FASB e IASB, a expansão da utilização do *valor justo*³ (*fair value accounting*) como base de mensuração para diversas transações e elementos contábeis.

1.5.3. CONSOLIDAÇÃO

Denomina-se aqui de consolidação⁴ a etapa do processo contábil em que as transações e eventos, já capturados e mensurados, são organizados de tal sorte que possam, na etapa seguinte, ser apresentados e divulgados. Consolidar significa literalmente tornar mais sólido, estável, fortalecer. É o começo da transformação dos dados em informação.

A etapa de consolidação compreende substancialmente na classificação dos eventos e transações e seu registro cumulativo e sistemático, o que permite sua agregação para a apresentação em modelos contábeis de uso geral, as demonstrações financeiras.

A classificação de transações e eventos requer evidentemente a aplicação racional de critérios de classificação por semelhança tendo em vista um ou mais modelos de informação que se adote pela entidade que reporta. Em outras palavras, de posse de um 'dicionário' que nos ofereça a definição dos elementos que queremos 'enxergar' nas

³ A definição de valor justo adotada pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) diz que valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

⁴ Na prática contábil, denomina-se geralmente de consolidação ao processo de combinação e eliminações na acumulação contábil de entidade controladora com entidades controladas com o propósito de produzir demonstrações financeiras de um grupo econômico. Aqui utiliza-se o termo consolidação de maneira mais ampla, incluindo todos os processos de classificação, acumulação e aglutinação de saldos e transações nos registros contábeis, independentemente de se tratar de entidade isolada ou de grupo econômico.

demonstrações financeiras, passamos a 'etiquetar' (i.e. classificar) os elementos semelhantes e agregá-los em categorias e subcategorias.

Se tomarmos como exemplo uma entidade manufatureira de capital aberto situada no Brasil após 2010, o modelo para a preparação de relatórios financeiros de uso geral é o modelo das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Esse modelo requer, entre outros, que sejam classificados como estoques todos os recursos (ativos) que são mantidos para a venda no curso normal dos negócios, bem como os recursos que estão em processo de produção para sua venda e mesmo os materiais e suprimentos que serão consumidos na produção futura de produtos para a venda.

Neste exemplo, se adotássemos o 'dicionário' das IFRS, teríamos a definição do que é estoque (categoria ampla) bem como a determinação de tipos dentro dessa categoria (as subcategorias de produto acabado, produto em processo, materiais etc.). Portanto, todos os recursos que atendam à definição de estoque conforme as IFRS recebem a etiqueta da categoria geral de "Estoques". Essa classificação deve também identificar subcategorias dentro do conceito geral, de sorte que na próxima etapa (de apresentação e divulgação) seja possível tanto informar acerca dos estoques em seu nível mais agregado (total geral dos estoques) quanto, se aplicável, prover informação mais granular (composição dos estoques subdivididos em Produto Acabado, Produto em Processo e Matérias Primas, por exemplo).

XBRL: uma revolução tecnológica no processo contábil de classificação

A velocidade e integração dos mercados no movimento que é correntemente intitulado de globalização é crescente e fortemente baseada em tecnologias de informação que a viabilizam e ao mesmo tempo impulsionam. O papel da informação para a tomada de decisão cresce ainda mais em relevância, como resultado da difusão facilitada e acelerada das informações através de tecnologias cada vez mais acessíveis. Como descrito por Alves (2005, p.1), “a digitalização da informação aliada à utilização da Internet como meio de sua difusão está transformando nossa sociedade em todos os níveis”. O processo evolutivo de difusão de informações através de plataformas digitais e conectadas pela internet tem início com o advento do electronic mail (e-mail) ou simplesmente correio eletrônico, que permitiu a comunicação praticamente em tempo real entre detentores de endereços eletrônicos, passando pela difusão de informações financeiras no formato Portable Document Format (PDF), que operam como “cópias” da informação divulgada em papel, até a divulgação visualizável pelo browser de Internet em formato Hypertext Markup Language (HTML). Não obstante, tanto o formato PDF quanto o HTML caracterizam-se pela rigidez de formato e dificuldade no manuseio (inflexibilidade) das informações financeiras (Alves,

2005, p.9), ou ainda, como mencionam Cohen et. al. (2005, p.369), esse formatos são “opacos” aos olhos dos aplicativos de negócios. Nesse contexto, o XBRL apresenta-se como uma linguagem que oferece os atributos de flexibilidade, interatividade e comparabilidade desejáveis pelos usuários das informações financeiras.

O início da história do XBRL nos remete ao advento das linguagens de marcação (markup languages), que conforme explicitado por Riccio et al. (2005, p. 56) tiveram sua origem em 1960, quando a IBM observou a falta de integração de informação entre distintos sistemas. O conceito desenvolvido a partir dessa observação foi o de metalinguagem, artifício através do qual as informações são descritas de forma padronizada, através de “etiquetas” a elas associadas que, por sua vez, através de um dicionário, possam ser convertidas para outras linguagens. Em outras palavras, as informações são construídas dentro de uma linguagem contendo, contudo, referências metalingüísticas que permitem sua “tradução” para outros “idiomas”. O XBRL é uma linguagem para a comunicação eletrônica de informações financeiras e de negócios, cuja idéia fundamental é simples: as informações financeiras recebem “etiquetas” (tags) específicas que são legíveis por computadores.

Portanto, a linguagem XBRL permite por meio das 'etiquetas' a classificação de transações e eventos econômicos, de acordo com uma taxonomia previamente determinada, que passam a ser legíveis por qualquer aplicativo computacional que tenha a capacidade de interpretar essa linguagem.

Ainda que possa parecer à primeira vista um recurso que fundamentalmente melhora a eficiência no manuseio de dados e informações contábeis, a ideia de que os usuários das demonstrações contábeis possam acessar, em forma eletrônica, as transações e eventos de uma entidade, classificadas de acordo com alguma taxonomia geralmente aceita, abre potencialmente uma nova trajetória de desenvolvimento da contabilidade cujos rumos ainda são difíceis de prever. Ainda que atualmente o uso do XBRL seja fundamentalmente sobre dados 'etiquetados' de demonstrações financeiras já elaboradas dentro de um determinado conjunto de normas (o GAAP), não parece descabido imaginar, com o avanço da capacidade de processamento computacional e da rede mundial de computadores (internet), que passemos a ter acesso progressivo a bancos de dados mais amplos de transações e eventos econômicos das entidades que reportam. Ainda que qualquer 'etiquetamento' dependa fundamentalmente da existência de um dicionário prévio com definições aceitas (a taxonomia), a classificação cada vez mais granular de transações e eventos e sua disponibilização aos usuários facilita, potencialmente, que o usuário desenvolva e 'customize' relatórios financeiros conforme suas necessidades, modelos e crenças. O papel do normatizador contábil pode se modificar no sentido de reduzir a prescrição específica de tratamentos contábeis e incrementar sua atuação no sentido de construir conceitos e definições (i.e. taxonomias) que sejam úteis para que cada usuário construa a demonstração financeira que desejar. Nesse "admirável mundo novo" que talvez se desenvolva, o processo contábil talvez se encerre na etapa da consolidação, onde dados são classificados e disponibilizados para 'download' pelos usuários, que passariam a desenvolver eles mesmos a apresentação e divulgação que melhor lhes convier.

Uma vez classificados os eventos que já haviam sido capturados e mensurados, seu registro cumulativo, metódico e sistemático, é o que permite a elaboração periódica de relatórios financeiros.

Neste particular, vale menção específica ao método das partidas dobradas, que é a base do sistema contábil há vários séculos. Por meio desse método é que se pode pensar no desenvolvimento de demonstrações financeiras de fluxos (e para períodos), para além das demonstrações de posições patrimoniais (em datas específicas), como os levantamentos periódicos de bens, direitos e obrigações (inventários). O método das partidas dobradas fez possível que a contabilidade oferecesse aos seus usuários não somente a 'foto' (o inventário, a posição patrimonial em uma data específica), mas também o 'filme' (o desempenho resultante de fluxos entre datas específicas, o período).

Vale a pena aqui refletir mais um instante sobre o método consagrado para o registro e consolidação contábil. Ludícibus et al. (2005, p.17) comentam que as partidas dobradas, pela tempestividade e eficiência com que permitem o registro (e a acumulação) das transações e eventos, terminam por privilegiar o valor da transação (custo histórico). Sem prejuízo da engenhosidade do método, talvez seja ele simultaneamente o 'mocinho' e o 'vilão' do desenvolvimento moderno e contemporâneo da Contabilidade na difícil travessia que a Contabilidade vem empreendendo ao longo dos últimos séculos entre o custo histórico e o valor econômico. A memorização do caixa despendido (recebido) ou a despendido (a receber) por meio do registro sistemático em partidas dobradas talvez seja uma explicação para a manutenção por séculos do custo como base de mensuração.

A etapa que aqui denominamos de consolidação, na qual se produz a classificação, registro, acumulação e aglutinação por semelhança das transações e eventos capturados e mensurados em etapas anteriores do processo contábil, opera na verdade como uma etapa preparatória para o *grand finale* do processo contábil: a apresentação e divulgação, sobre a qual discorreremos a seguir.

1.5.4. APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A etapa final do processo contábil não poderia ser outra: apresentar e divulgar. A utilidade da informação só existe a partir do momento em que é apresentada e divulgada ao seu usuário. Em termos do esquema clássico de comunicação, o processo

de comunicar só se consuma quando a mensagem originada no seu emissor atinge o seu receptor. A contabilidade é, nesse contexto, uma linguagem (de negócios) por meio da qual as entidades buscam transmitir uma mensagem aos usuários dos relatórios financeiros. A visão de semiótica contábil, onde a Contabilidade seria uma linguagem e seu conteúdo uma mensagem nos parece plenamente compatível com a visão contratual da firma em contexto de assimetria informacional anteriormente discutida.

Na etapa anterior do processo contábil as transações e eventos foram consolidados, ou seja, classificados, registrados, acumulados e aglutinados por semelhança. Cabe agora nesta etapa final do processo apresentar os dados consolidados anteriormente e transformá-los finalmente em informação por meio da sua apresentação e divulgação de acordo com modelos pré-estabelecidos e geralmente aceitos.

Tomemos como exemplo o balanço patrimonial, demonstração financeira já reconhecida há séculos, que tem como objetivo expressar a posição patrimonial da entidade que reporta em determinada data.

No balanço, são apresentados os recursos com potencial de geração de benefício econômico futuro (os ativos), as obrigações assumidas e que a entidade não terá como evitar uma saída de recursos (os passivos) e as reivindicações dos detentores de direitos residuais (o patrimônio líquido).

Nesta etapa do processo, já tendo sido concluído o processo de consolidação dos elementos contábeis. Caberá apresentar no balanço todos os elementos que estejam de acordo com os requerimentos para se ter (e apresentar) ativos, passivos e patrimônio líquido.

Valendo-nos do exemplo já utilizado da empresa manufatureira, seus estoques totais, existentes à data do encerramento contábil, serão apresentados no balanço patrimonial. Sem prejuízo da apresentação mais agregada na demonstração financeira principal (o balanço neste caso), a entidade que reporta frequentemente se vê na necessidade de fornecer informações adicionais, mais detalhadas. Essas informações complementares são geralmente denominadas de divulgações (do inglês, *disclosures*). Nesse cenário, é possível que a entidade que agregou e apresentou a totalidade dos

seus estoques no seu balanço patrimonial venha a divulgar, numa nota explicativa, a composição desses estoques em suas diferentes subcategorias.

Nesta etapa, fica totalmente evidente o caráter de comunicação subjacente ao processo contábil. Por meio do que chamamos de demonstrações financeiras e suas notas explicativas, a entidade oferece um vasto conjunto de informações aos seus 'leitores' acerca das transações e eventos econômicos ocorridas e seus impactos sobre sua posição financeira, seus fluxos econômicos e seus fluxos de caixa. O conjunto completo de informações, para ser útil, tem que ajudar seus usuários a tomar decisões mais eficazes e eficientes.

Desta etapa, diversas reflexões teóricas podem ser deduzidas, particularmente se entendemos que a contabilidade é linguagem e que portanto, busca comunicar uma mensagem a um receptor, o usuário.

Ao fim e ao cabo, o que se pretende é apresentar e divulgar informação útil aos usuários das demonstrações contábeis. Utilidade depende de quem usa. Quando nos indagamos quem seriam os usuários das demonstrações financeiras, frequentemente encontraremos uma vasta gama de possíveis interessados em informações sobre a entidade que reporta, o que é inerentemente um desafio tremendo para a Contabilidade. Mesmo que escolhêssemos dentre os potenciais usuários apenas um, digamos os investidores, ainda assim não encontraremos necessariamente consenso de quais informações esses usuários esperam e consideram úteis. Um investidor institucional, altamente especializado no mercado financeiro e sofisticado nas suas ferramentas de análise para decisão, demandará provavelmente informações distintas de um pequeno investidor que decidiu alocar parte de sua poupança em ações adquiridas através de sua plataforma de 'home broker' oferecida por seu banco.

Nesse cenário, o objetivo da contabilidade não é trivial. Os usuários não são homogêneos, nem mesmo tomando o foco já reduzido que, por exemplo, o IASB adotou, ao determinar em sua Estrutura Conceitual que os usuários das demonstrações financeiras elaboradas em consonância com as IFRS que desenvolve são os provedores de fundos às entidades (investidores e credores). Portanto, não haverá como satisfazer plenamente as necessidades dos usuários e resta, portanto a meta de oferecer um conjunto básico de informações de uso geral que permitam, inclusive, que os usuários ajustem os relatórios financeiros à sua conveniência.

Um bom exemplo de apresentação e divulgação no contexto e limitações acima descritos é o caso de riscos de perdas com litígios. A norma contábil internacional determina que serão obrigações presentes (e, portanto, passivos) as perdas estimadas que tiverem probabilidade de perda maior que a probabilidade de sucesso (*more likely than not*). Não obstante, trata-se de um julgamento à luz das informações disponíveis quando da preparação das demonstrações financeiras que enseja, naturalmente, incerteza considerável. Nesse contexto, a norma também exige que se divulgue em nota explicativa (mas não se contabilize como passivo) o montante de perdas possíveis, ou seja, perdas cuja probabilidade de ocorrência é menor que a probabilidade de não ocorrência mas não são remotas as chances de perda. Apesar de não registradas no passivo, as perdas possíveis são conhecidas e o usuário que entender que essas perdas devem ser consideradas como passivos e como despesas, terão condições de ajustar as demonstrações 'básicas' recebidas conforme sua necessidade e entendimento dos riscos subjacentes aos litígios.

As divulgações são, portanto, um meio de comunicação complementar às demonstrações financeiras que contemplam não somente explicações ampliadas daquilo que está registrado nas demonstrações financeiras, mas também considerações sobre riscos, incertezas, compromissos, oportunidades etc. que podem não estar refletidas na face das demonstrações financeiras ditas 'básicas'.

Um leitor apressado poderia então deduzir que no subcampo de conhecimento contábil que se concentra à divulgação vale a máxima "quanto mais, melhor". Durante décadas de desenvolvimento de norma contábeis, de fato vimos o crescimento volumétrico das divulgações complementares às demonstrações financeiras básicas. Entretanto, mesmo que assumíssemos que o custo marginal de divulgações adicionais é zero, não se pode negligenciar que do lado do usuário existem recursos limitados para devotar à análise dos relatórios financeiros. É crescente a percepção dos mercados que o excesso de informações de utilidade questionável ou inexistente pode obscurecer a informação de utilidade indubitável. Portanto, pecar pelo excesso pode ser tão nocivo quanto a omissão. O nível de divulgação 'de equilíbrio' ainda precisa ser mais explorado.

1.6. BREVES CONCLUSÕES

O propósito desse capítulo centrou-se no estabelecimento de questões fundamentais para compreensão da relevância da Contabilidade como lide do conhecimento humano. Embora o presente introito tenha se esquivado da busca por respostas definitivas e terminais quanto as discussões aqui estabelecidas, sua estruturação é vital para compreensão de ao menos dois aspectos, sendo:

- i) a Contabilidade observada única e exclusivamente por seu viés utilitarista, faz com que o estudo de suas consequências sobre os diferentes subsistemas com que interage, por exemplo, econômico, legal, social, dentre outros, fique esvaziado de sentido. É necessário entender a esse respeito, que todo desenvolvimento de conhecimento se estabelece por meio de uma via de mão dupla. Isto é, à medida que a Contabilidade afeta diferentes áreas do conhecimento por meio de sua atividade fim, ela também é afetada, de tal sorte, que esse processo de interação contínua faz com que os reportes contábeis sejam uma intermitência de múltiplas técnicas, faces e ensejos voltados às necessidades informacionais da contemporaneidade. Portanto, é importante que o estudo da Contabilidade supere sua limítrofe interpretação tecnicista;

- ii) a busca por uma Teoria Contábil remonta, de certa forma, a tentativa de legitimação dessa área do conhecimento como Ciência. Em síntese, conforme exposto no decorrer desse capítulo, é possível verificar que a pretensão de uma Teoria reside na explicação e predição de fenômenos. Pois bem, no caso das ciências naturais, tais como, a Física, Química e Biologia, é possível verificar a existência de Teorias ou taxonomias com maior capacidade preditiva de eventos⁵, sobretudo, porque o escopo de investigação científica dessas áreas, em certas situações, possui menos inter-relações variáveis, ou permitindo que tais fatores sejam isolados a

⁵ Vejamos por exemplo as três leis da física formuladas por Sir. Isaac Newton em seu: *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*, publicado originalmente em 1687. Outro válido exemplo a esse respeito se encontra na formulação da tabela periódica, obra fundamental da ciência das substâncias, em 1869 por Dmitri Mendeleev. Um último exemplo pode ser encontrado na obra de Charles Darwin: *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*, de 1859.

conveniência do pesquisador, favorecendo assim a concepção de corpos teóricos com maior capacidade preditiva de fenômenos. Todavia, no tocante ao escopo contábil de investigação acadêmica, surgem os mesmos problemas de outras Ciências Sociais, isto é, não é possível isolar os efeitos das múltiplas interações. Logo, a busca por teorias que sejam capazes de explicar comportamentos futuros se torna mais complexa e, por vezes, improfícua. Contudo, é fundamental salientar que esse é o desafio dos pesquisadores desse campo do conhecimento, a existência de barreiras à formulação de novas abordagens metodológicas no campo da pesquisa contábil deve ser vista como uma oportunidade para pesquisadores e estudiosos, mais apropriadamente, porque essa é devesa uma área do conhecimento recente.

Outrossim, é impreterível destacar, sem a pretensão de uma leitura terminal, que a maior idiossincrasia do fenômeno contábil está na sua busca pela representação dos eventos econômicos. Ou seja, a Contabilidade deve ser compreendida como um mapa, cujo território decorre das atividades econômicas às quais as entidades se encontram expostas. Para tanto, faz-se uso do processo contábil discorrido durante esse capítulo, o qual funciona à espécie de um sistema de cartografia de eventos econômico-financeiros, os quais triados, selecionados, agrupados e mensurados, culminam em uma etapa final de divulgação e evidenciação, a fim de que sejam utilizados pelos intervenientes organizacionais em suas mais diversas atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKERLOF, George A. The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism. **The Quarterly Journal of Economics**, v.84, n.3, p.488-500, agosto/1970.

ALVES, Sandra Raquel Pinto. A evolução na divulgação de relatórios financeiros *in* RICCIO, Edson Luiz; SILVA, Paulo Caetano; SAKATA, Marici Gramacho. **XBRL – A divulgação de informações empresariais**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005.

ANDREZO, Andrea F.; LIMA, Iran Siqueira. **Mercado financeiro: aspectos conceituais e históricos**. São Paulo: Atlas, 2007.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2009.

COHEN, Eric E.; SCHIAVINA, Teresa; SERVAIS, Olivier. XBRL - The standardized business language for 21st century reporting and governance. **International journal of disclosures and governance**. Dec 2005.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature. **Journal of Accounting and Economics**, v.31, p.405-440, 2001.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Contribuição à Teoria dos Ajustamentos Contábeis**. Tese (Doutoramento), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**. São Paulo, n. 38, p. 7-19, maio-ago./2005.

JENSEN, Michael, MECKLING, William. Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of Financial Economics**, v. 3, p. 305-360, October, 1976.

LEWIS, Mervyn K.; MIZEN, Paul D. **Monetary Economics**, Oxford: Oxford University Press, 2000.

LOPES, Alexandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2014.

MARTINS, Eliseu. **Aspectos do Lucro e da Alavancagem Financeira no Brasil**. Tese (Livre-Docência). Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979

MARTINS, Eliseu. **Uma geral na contabilidade**. Seleções ATC, COAD, 1988 e 2ª Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, Canela, agosto/1988.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

RICCIO, Edson Luiz. O XBRL – Conceituação e aplicação. *in* RICCIO, Edson Luiz; SILVA, Paulo Caetano; SAKATA, Marici Gramacho. **XBRL – A divulgação de informações empresariais**. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2005.

STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. **Introdução à microeconomia**, Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SUNDER, Shyam. **Theory of Accounting and Control**, Cincinnati: Southwest College, 1997

SWEENEY, Henry W. The Technique of Stabilized Accounting. **The Accounting Review**. vol.10, n.2, p. 185-205, junho/1935

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Avaliação patrimonial em contabilidade à valores de entrada e saída, **Cadernos de Estudos Fipecafi**, n. 6, São Paulo, Outubro de 1992

VARIAN, Hal R. **Microeconomia: princípios básicos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.